



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 12/2026 **COM COTA RESERVADA DE 25% PARA ME E EPP**

1. . O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, por meio da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, inscrito no CNPJ nº 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção, nº 69, Centro, Barra do Piraí - RJ, na qualidade de **CONTRATANTE**, torna público que, devidamente autorizada pelo **Exma. Prefeita, Sra. Katia Cristina Miki da Silva**, na forma do disposto no **processo administrativo n.º 020302/001246/2026**, fará realizar, **no dia 15 de junho de 2026 às 14:00 horas**, no site www.compras.gov.br, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço por item, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

1.1 – DA SESSÃO PÚBLICA.

1.1.1. A sessão pública será realizada no site www.compras.gov.br.

Posição	Dia	Mês	Ano	Horário
Data da realização do Pregão	15	06	2026	14
Critério de Julgamento	Menor preço por item			
Prazo para impugnação/Esclarecimento	09/06/2026			
Data da publicação	29/05/2026			
Número da licitação no portal	12/2026			

1.2. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

2- DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

2.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico no site www.compras.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@barradopirai.rj.gov.br.

2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no site www.compras.gov.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

2.3. O Pregoeiro, auxiliado do setor técnico responsável pela elaboração do edital e seus anexos, decidirá sobre a impugnação do certame.



2.4. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3- DO OBJETO

3.1 O Objeto do presente certame é o Provável fornecimento de material de limpeza e expediente, a fim de atender a demanda Das Secretarias do Município de Barra do Piraí.

4- LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1 O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do empenho pela empresa selecionada.

4.2 O objeto deverá ser entregue conforme item 7.4, do termo de Referência

5- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 Estima-se o valor total em **R\$ 2.725.597,27 (Dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos)**

5.2 Os recursos necessários para contratação correrão pela seguinte dotação:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO	RECURSO
ADMINISTRAÇÃO	20.07.04.122.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
AGRICULTURA	20.21.20.606.1002.2021	3.3.90.30.00	1500
SMAE	20.16.04.451.1011.2034	3.3.90.30.00	1500
AMBIENTE	20.10.18.541.1005.2024	3.3.90.30.00	1500
OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
ASSISTÊNCIA	20.15.08.244.1003.2043	3.3.90.30.00	1500
BEM ESTAR ANIMAL	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.30.00	1500
ORDEM PÚBLICA	20.18.06.091.1021.2012	3.3.90.30.00	1500
CALIFÓRNIA	20.17.15.452.1011.2933	3.3.90.30.00	1500
COMUNICAÇÃO	20.25.24.131.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
CONTROLADORIA	20.05.04.124.1016.2048	3.3.90.30.00	1500
CULTURA	20.08.08.243.1003.5742	3.3.90.30.00	1500
DEFESA CIVIL	20.24.06.182.1003.2058	3.3.90.30.00	1500



EDUCAÇÃO	20.11.12.361.1006.2072	3.3.90.30.00	1500
ESPORTE	20.23.27.812.1019.2010	3.3.90.30.00	1500
FAZENDA	20.09.04.123.1013.2036	3.3.90.30.00	1500
GOVERNO	20.02.04.122.1003.2028	3.3.90.30.00	1500
GUARDA MUNICIPAL	20.18.06.181.1017.2011	3.3.90.30.00	1500
HABITAÇÃO	20.22.16.482.1009.1009	3.3.90.30.00	1500
OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
PLANEJAMENTO	20.06.04.121.1003.2031	3.3.90.30.00	1500
PROCURADORIA	20.04.02.092.1016.2047	3.3.90.30.00	1500
RH	20.07.04.128.1008.4059	3.3.90.30.00	1500
SERVIÇO PÚBLICO	20.13.04.452.1011.2033	3.3.90.30.00	1500
TI	20.19.19.126.1023.1046	3.3.90.30.00	1500
TRABALHO	20.03.11.333.1001.2026	3.3.90.30.00	1500
TURISMO	20.20.04.695.1010.5741	3.3.90.30.00	1500
MULHER	20.14.04.122.0024.5749	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.122.0020.2961	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3045	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.302.0020.3102	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.122.0020.3051	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.125.0020.3052	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3049	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3143	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.5773	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.301.0020.8008	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.2962	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3029	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3056	3.3.90.30.00	1621



6 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar do presente pregão eletrônico as empresas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e atender todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.compras.gov.br.

6.2 Será permitida a **participação de empresas reunidas em consórcio**, nos termos do art. 15 da **Lei nº 14.133/2021**.

6.3 Não poderão participar deste pregão:

6.3.1. Impedidos de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Barra do Piraí, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

6.3.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

6.3.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

6.3.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.3.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.3.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.3.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

6.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de



adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7. CREDENCIAMENTO

7.1. Para participar do pregão o licitante deverá se credenciar até o horário fixado no tópico 1.1.1 deste edital no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.compras.gov.br.

7.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.

7.1.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Barra do Piraí, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8- ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente **encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias.**

8.2. A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

8.3. Na formulação da proposta o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, consta no Termo de Referência, parte integrante deste edital.

8.4. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.**

8.5. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

8.6. Decorrido o prazo de validade das propostas sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

8.7. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances



inseridos durante a sessão pública.

8.8. A cotação de preços englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

8.9 Será exigido, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, na forma do Art. 58 e parágrafos da LF 14133/2021.

8.9.1. A garantia de proposta será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

8.9.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

8.9.3. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.9.4. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o **§ 1º do art. 96 da Lei 14133/2021**.

8.9.5. A garantia de proposta deverá ter sua validade anterior a abertura do certame.

8.9.6. A fim de garantir que as normas da SUSEP e do BACEN sejam observadas por eventuais entidades securitárias e financeiras, as licitantes que utilizarem os métodos fiscalizados pelas respectivas entidades deverão instruir sua documentação anexa às planilhas e documentos que seguem anexos à proposta.

8.9.7. As licitantes poderão, ainda, encaminhar o instrumento de garantia de forma antecipada a fim de obter validação da CPL a fim de prevenir eventuais decisões de impossibilidade de participação, tratando-se de medida preventiva que atende ao pressuposto de ampliação da disputa e racionalização do rito processual.

8.9.8 Poderá o Agente de Contratação convocar mais de uma empresa por vez, para apresentar sua proposta e prova de exequibilidade, quando os preços ofertados apresentarem indícios de inexequibilidade, afim de dar celeridade ao andamento do certame.



9 – ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da sessão pública deste pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no Site www.compras.gov.br.

9.2. Ocorrendo Ponto Facultativo ou outro fato superveniente de caráter público, que impeçam a realização deste certame na data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

9.3. Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.4. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

10 - FORMULAÇÃO E ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES

10.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

10.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **VALOR UNITÁRIO**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

10.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, será de **R\$ 0,10 (dez centavos)** que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último ofertado por ele próprio e registrado no sistema eletrônico, **respeitado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances (caso informado)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

10.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.

10.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos

realizados.

10.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10(dez) minutos** a Sessão do Pregão Eletrônico poderá ser suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

10.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios elencados no artigo 60, da Lei 14133/21.

11. DO BENEFÍCIO ÀS ME/EPP

11.1. A obtenção de **benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006** fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação.

11.1.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, se procederá da forma indicada abaixo.

11.1.2. Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de **05 (cinco) minutos**, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

b) caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito;

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.2. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.



11.3 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.4 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e Trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.5 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

11.6 Esta licitação será reservada a cota de 25% (vinte e cinco por cento) para ME e EPP:

“COTA PRINCIPAL” (COTA 01) - Com cota de 75% (setenta e cinco por cento) do referido montante do objeto está aberto para a participação de todos os interessados que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

“COTA RESERVADA” (COTA 02) - Fica reservada a Cota com 25% (vinte e cinco por cento) do referido montante do objeto para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA NEGOCIAÇÃO

12.1. O julgamento obedecerá ao critério de **menor preço**.

12.2. Definido o resultado do julgamento, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, observados o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

12.3. A negociação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

12.4. Se a proposta/lance de menor preço for superior à do orçamento estimativo e se houver indícios de que se encontra dentro dos valores praticados no mercado, excepcionalmente o pregoeiro poderá suspender a sessão pública do pregão para a realização de nova pesquisa de mercado.

12.5. A nova pesquisa de mercado será submetida ao pregoeiro, o qual decidirá fundamentadamente em:

12.5.1 Retornar à sessão mantendo-se incólumes os atos praticados, se considerar que a nova pesquisa de preços não destoou dos valores anteriormente informados na pesquisa de preços, mantendo a recusa das propostas; ou

12.5.2 Submeter o resultado da pesquisa à Autoridade Competente para que este decida sobre a possibilidade de aceitação de proposta(s) com base na nova pesquisa de preços efetuada, se considerar que, de fato, houve elevação superveniente dos preços.

12.6. Obtida a autorização tratada no subitem anterior, o pregoeiro retornará à sessão pública para efetuar nova negociação com o licitante mais bem classificado.

12.7. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do estimativo, considerando a nova pesquisa de mercado constante no tópico 12.4, caso seja realizada.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. Encerrada a etapa competitiva de lances, exercido o direito de preferência e concluída a negociação, o pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação.

13.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às demais condições estabelecidas neste edital e anexos.

13.3. A verificação de conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

13.4. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes, e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Comissão.

13.5. A critério do pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.



14. ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ART. 40, § 1º, III)

14.1 Não será necessário assistência técnica.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Os licitantes vencedores deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação:

15.1.1 Habilitação Jurídica:

15.1.1.1 Para fins de **comprovação da habilitação jurídica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

g) no caso de exercício de atividade: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. 66 da Lei 14.133/21.

h) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

i) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012

j) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

15.1.1.2 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.1.2 Qualificação Técnica

15.1.2.1 Para fins de **comprovação da qualificação técnica**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

15.1.2.1.2 A empresa vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional, relacionado ao objeto, fornecido por pessoa de direito público ou privado;

15.1.2.1.3 O Atestado de Capacidade Técnica deverá conter, no mínimo, a razão social completa, endereço e CNPJ/CPF da entidade que o expediu;

15.1.3 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

15.1.3.1 Para fins de **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira:

15.1.4 Habilitação Econômico-Financeira

15.1.4.1 Para fins de comprovação da Habilitação Econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedidas pelos distribuidores da sede do licitante.
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- c) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- d) Os documentos referidos na alínea “c” do tópico 15.1.4.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- e) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:



LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

f) As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 02(dois) por cento do valor total estimado da contratação ou do item pertinente., consoante art. 69, § 4º da Lei nº 14.133 de 2021.

g) No caso de consórcio, será exigido um acréscimo de 10(dez) por cento sobre o valor exigido de licitante individual, para a habilitação econômico-financeira, com exceção dos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas.

16 Documentação Complementar

16.1. Declaração do licitante de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de dezoito anos, desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

16.2 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

16.3 Declarações de Inexistência de Penalidade e de Requisitos de Habilitação.

16.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

16.5 Em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte, será exigida a declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme artigo quarto parágrafo segundo da Lei 1433/2021 e item 11.1 do edital.

17. PRAZO PARA ANEXAR A DOCUMENTAÇÃO NO SITE COMPRASNET.GOV.BR

17.1 A empresa vencedora do certame terá o prazo de **até 02 (duas) horas**, prorrogável por

igual período, à critério da Administração, **para anexar ao site www.comprasnet.gov.br a proposta realinhada, sob pena de desclassificação, e os documentos exigidos para habilitação, sob pena de inabilitação, independente do seu cadastramento via SICAF.**

17.2 *A documentação anexada ao site, deverá ter sido expedida com data anterior ou no dia do certame e sua validade deverá abranger a data da licitação.*

17.5 A prorrogação de que trata o **item 17.1**, deverá ser solicitada via chat do sistema comprasnet.gov.br e a mesma será analisada pela administração.

17.6 O **Pregoeiro** poderá solicitar, a apresentação do original dos documentos ou declaração de autenticidade por advogado, para conferência de autenticidade das cópias.

18 DOS RECURSOS

18.1. Caberá recurso em face de:

18.1.1 julgamento das propostas;

18.1.2 ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

18.1.3 anulação ou revogação da licitação.

18.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

18.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

18.2.2. A apreciação se dará em fase única.

18.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

18.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

18.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

18.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

18.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

18.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

18.2.9. O recurso será dirigido ao Pregoeiro que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.2.10. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado a autoridade superior que irá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

19.2 Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

19.3 A contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** e pelos **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo IV – Minuta de Contrato), emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

19.4 Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, atendendo nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.5 Uma vez o licitante vencedor convocado, por escrito, para assinatura do Contrato, o mesmo deverá ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período a critério da administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

19.6 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo estabelecido, poderá o Pregoeiro sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas ao faltoso, examinar e negociar as ofertas

subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às condições propostas pelo licitante vencedor.

19.7 Por ocasião da assinatura do instrumento contratual ou da assinatura da ata de registro de preços ou da emissão da nota de empenho, será verificado se o adjudicatário mantém as condições de habilitação.

20 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

20.2 A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

20.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

20.4 A ata de registro de preços não será objeto de reajuste, repactuação, revisão, ou supressão ou acréscimo quantitativo ou qualitativo, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrente, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.5 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

20.5.1 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.6 O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

20.6.1 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.7 O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

20.8 Poderá ocorrer o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

20.9 No caso de formalização de instrumento contratual, sua vigência será de 05 (cinco) anos

contados a partir da publicação, no Diário Oficial Eletrônico e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme artigo 106 da Lei 14133/2021.

21 DA GARANTIA

21.1 Não será exigida garantia de execução contratual.

22- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxx, agência: xxxxx, banco: xxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

22.2 A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, para pagamento a **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**, acompanhada da documentação de comprovação de Regularidade Fiscal.

22.3 O prazo para pagamento será em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, com o devido atesto da(s) Nota(s) Fiscal (ais).

22.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

22.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

22.6 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA ou outro que substitua** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

22.7 A forma de pagamento será **conforme termo de referência**.

22.8 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

22.9 O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base o índice **IPCA ou outro que substitua** em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

22.10 No caso de serviço contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra ou com predominância de mão-de-obra, serão repactuados, para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, conforme o artigo 135 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

23 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

23.1 O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.

23.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

23.3 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 30 % (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas do subitem 22.1, consoante ao art. 156, § 3º da Lei nº 14.133/21;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 22.1 letras b, c, d, e, f, g, deste edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 22.1 letras h, i, j, k, l, bem como nas infrações dos subitens 22.1 letras b até g que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

23.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

23.6 A aplicação das sanções previstas neste Edital, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

23.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

23.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

23.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos deste edital.

24 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

24.1 O objeto do contrato será recebido:

I – em se tratando de compras:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

24.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto da Ata de Registro de Preços não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução da Ata.

25 DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1 Na execução do contrato, oriundos das atas de registro de preços, e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

26 – DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1 Compete à autoridade superior anular este pregão por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, e revogar o certame por considera-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

26.2 A anulação do pregão induz à da ata de registro de preços.

26.3 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

26.4 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, sendo vedada, ressalvados os casos previstos neste edital, a inclusão posterior de informações ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

26.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

26.6 Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste edital, prevalecerão as últimas.

26.7 Este pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Barra do Piraí/RJ.

26.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

26.9 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente no Município de Barra do Piraí/RJ, portanto serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem durante o recesso forense.

26.10 Durante a vigência do contrato, oriundo da ata de registro de preços, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

27.11 Acompanham este edital os seguintes anexos:

- ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;
- ANEXO II – Análise de Risco;
- ANEXO III – Termo de Referência
- ANEXO IV - Proposta de Preços;
- ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços
- ANEXO VI - Minuta de Contrato;
- ANEXO VII – Modelo de Declaração de Trabalho de Menores;
- ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Custos Trabalhista;
- ANEXO IX - Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade;
- ANEXO X - Modelo de Declaração de Requisitos de Habilitação.
- ANEXO XI - Modelo de Declaração Reserva de cargos.
- ANEXO XII - Modelo de Declaração Benefícios art. 42 a 49 da Lei C. 123/2006;



ANEXO XIII – Tabela de Preços Unitários (estimados) ;

27.12 No caso da sessão do pregão vir a ser, excepcionalmente, suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, ela será remarcada para prosseguimento dos trabalhos, para o próximo dia útil.

27.13 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.14 Os casos omissos serão resolvidos pela Autoridade Superior, com o auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

28 – DO FORO

28.1. O foro da Comarca do Município de Barra do Piraí-RJ é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Barra do Piraí/RJ,

Lucas Latini

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

I. INTRODUÇÃO

Problema a ser resolvido: Por se tratar de produtos essenciais e de material de expediente indispensáveis ao cotidiano, torna-se necessária sua aquisição para garantir a organização administrativa, a limpeza e conservação dos setores, bem como a adequada higiene dos servidores e munícipes.

Melhor solução: Dentre as rotinas de limpeza, conservação, consumo de água, higiene, material de expediente e demais necessidades operacionais, a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento dos respectivos produtos. A presente solução de fornecimento, conforme demonstrado neste Estudo, tem por finalidade suprir as demandas relacionadas ao consumo de água, à limpeza, à higiene e ao material de expediente, assegurando o regular funcionamento das atividades institucionais e o cumprimento das rotinas de trabalho executadas pelos servidores, bem como o adequado atendimento aos munícipes e visitantes que circulam pelos setores da Prefeitura e suas Secretarias. Tal medida contribui para a melhoria das condições ambientais e operacionais, mantendo alinhamento com os objetivos estratégicos e com o planejamento da Administração Pública.

II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso I, da Lei 14.133/2021)

II. 1) A Necessidade da Contratação:

A provável aquisição tem por finalidade atender às necessidades de higiene, limpeza, conservação dos setores administrativos e da própria cidade, bem como ao suprimento de material de expediente, de modo a garantir o adequado suporte às atividades cotidianas desempenhadas pelos servidores e ao atendimento prestado aos munícipes do município de Barra do Piraí.

II. 2) O Interesse Público na contratação:

A utilização dos referidos materiais, incluindo material de expediente, pela Prefeitura e por suas Secretarias, possibilita a prestação de um atendimento de qualidade, assegurando condições adequadas aos usuários e mantendo padrões satisfatórios de salubridade e higiene.

Os cuidados relacionados à saúde, limpeza, conservação e ao adequado fornecimento de material de expediente devem integrar o processo educativo institucional, considerando sua relevância



para a manutenção de ambientes seguros, organizados e compatíveis com o desenvolvimento das atividades administrativas e com o atendimento ao público.

III. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Art. 18, §1º, inciso II, da Lei 14.133/2021)

Há previsão desta contratação no Plano de Contratações Anuais - PCA?

(x) SIM () NÃO

Código Aq. 06

Código Aq. 08

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO	RECURSO
ADMINISTRAÇÃO	20.07.04.122.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
AGRICULTURA	20.21.20.606.1002.2021	3.3.90.30.00	1500
SMAE	20.16.04.451.1011.2034	3.3.90.30.00	1500
AMBIENTE	20.10.18.541.1005.2024	3.3.90.30.00	1500
OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
ASSISTÊNCIA	20.15.08.244.1003.2043	3.3.90.30.00	1500
BEM ESTAR ANIMAL	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.30.00	1500
ORDEM PÚBLICA	20.18.06.091.1021.2012	3.3.90.30.00	1500
CALIFÓRNIA	20.17.15.452.1011.2933	3.3.90.30.00	1500
COMUNICAÇÃO	20.25.24.131.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
CONTROLADORIA	20.05.04.124.1016.2048	3.3.90.30.00	1500
CULTURA	20.08.08.243.1003.5742	3.3.90.30.00	1500
DEFESA CIVIL	20.24.06.182.1003.2058	3.3.90.30.00	1500
EDUCAÇÃO	20.11.12.361.1006.2072	3.3.90.30.00	1500
ESPORTE	20.23.27.812.1019.2010	3.3.90.30.00	1500
FAZENDA	20.09.04.123.1013.2036	3.3.90.30.00	1500
GOVERNO	20.02.04.122.1003.2028	3.3.90.30.00	1500
GUARDA MUNICIPAL	20.18.06.181.1017.2011	3.3.90.30.00	1500
HABITAÇÃO	20.22.16.482.1009.1009	3.3.90.30.00	1500



OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
PLANEJAMENTO	20.06.04.121.1003.2031	3.3.90.30.00	1500
PROCURADORIA	20.04.02.092.1016.2047	3.3.90.30.00	1500
RH	20.07.04.128.1008.4059	3.3.90.30.00	1500
SERVIÇO PÚBLICO	20.13.04.452.1011.2033	3.3.90.30.00	1500
TI	20.19.19.126.1023.1046	3.3.90.30.00	1500
TRABALHO	20.03.11.333.1001.2026	3.3.90.30.00	1500
TURISMO	20.20.04.695.1010.5741	3.3.90.30.00	1500
MULHER	20.14.04.122.0024.5749	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.122.0020.2961	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3045	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.302.0020.3102	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.122.0020.3051	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.125.0020.3052	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3049	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3143	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.5773	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.301.0020.8008	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.2962	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3029	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3056	3.3.90.30.00	1621

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso III, da Lei 14.133/2021)

IV.1) A provável aquisição, objeto deste documento, enquadra-se como comum, sendo oferecida por várias empresas do ramo, os padrões de desempenho e qualidade, podem ser, objetivamente, definidos, por meio de especificações usuais de mercado. A referida aquisição possui natureza continuada, devendo ser executada, conforme delimitação temporal, apresentada nas atividades planejadas pelos setores requisitantes;

IV.2) A empresa vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional, relacionado ao objeto, fornecido por pessoa de direito público ou privado;

O Atestado de Capacidade Técnica deverá conter, no mínimo, a razão social completa, endereço

e CNPJ/CPF da entidade que o expediu;

IV.3) Declaração expressa, da proponente, indicando o (s) responsável(eis), pela eventual aquisição do produto, até o seu recebimento definitivo, pelo contratante;

IV.4) Os produtos serão fornecidos, pela contratada, mediante demanda, de acordo com as necessidades da Prefeitura e Secretarias Requisitantes, sempre que julgarem necessários, não estando obrigadas a incluir todos os itens supracitados;

V. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso IV, da Lei 14.133/2021)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	PMBP	FMS	TOTAL
1	Água sanitária, líquido homogêneo, germicida, alvejante, teor de cloro ativo 2% p/p, no mínimo, acondicionada em recipiente com 1 litro.	unidades	6676	3324	10000
2	Álcool etílico anidro (absoluto), filtrado, 99,5° g.l., teor alcoólico mínimo de 99,3° inpm, acondicionado em embalagem plástica com 1l.	unidades	4306	360	4666
3	Apagador para quadro magnético branco, medindo aproximadamente: 50 x 125 mm e espessura de 25 mm.	unidades	600	0	600
4	Apontador, lápis, de metal, com 1 furo, sem depósito. Em formato retangular.	unidades	1500	0	1500
5	Arquivo morto, polionda, tamanho ofício, medindo aproximadamente 350mm x 245mm x 135mm	unidades	1000	1000	2000



6	Borracha branca, formato retangular, capa plástica protetora, medindo aproximadamente 43x22x12 mm	unidades	1000	500	1500
7	Caderno escolar, a4 capa dura, horizontal, com pauta, brochura, medindo (185x285) mm, com 96 folhas, cores diversas.	unidades	1078	0	1078
8	Caderno protocolo de correspondência 1/4 com 100 folhas.	unidades	500	0	500
9	Caneta corretiva, com aproximadamente 7ml	unidades	200	0	200
10	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor vermelha, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	200	0	200
11	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor azul, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	500	0	500
12	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	1723	1200	2923
13	Caneta hidrográfica (pincel marca texto), fluorescente, cor amarela, verde e laranja	unidades	1000	500	1500



14	Caneta para retroprojektor, cores diversas, ponta média (2,0mm), estojo com 6 unidades	unidades	100	0	100
15	Clipe de metal para papel, tamanho 8/0 (57 mm), caixa c/ 25 unidades.	unidades	700	300	1000
16	Clipe de metal para papel, tamanho 3/0 (36 mm), caixa com 50 unidades.	unidades	700	300	1000
17	Cola em bastão, com 10 g.	unidades	937	0	937
18	Cola, em bastão, para papel e papelão, com 40g	unidades	2652	1260	3912
19	Cola líquida branca, 1000g. A base de água. Lavável, atóxica.	unidades	1392	0	1392
20	Colchete para papel, nº 07, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	178	578
21	Colchete para papel, nº 09 de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	188	588
22	Colchete para papel, nº 12, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	176	576
23	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 200ml aproximadamente, com norma de qualidade ABNT - nbr 14865/12, em embalagem com 100 unidades.	pacotes	1500	500	2000
24	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 50ml aproximadamente,	pacotes	600	400	1000



	acondicionado em embalagem com 100 unidades.				
25	Corretivo em fita para escrita manual, medida aproximadamente (4,1mm x 8m)	unidades	3397	547	3944
26	Envelope, saco, liso, de papel Kraft natural, gramatura 80g/m2, medindo aproximadamente (240 x 340) mm.	unidades	4000	1000	5000
27	Envelope para circulação interna, Kraft natural, 260mmx360mm unidades 3000 0 3000	unidades	3000	0	3000
28	Envelope para correspondência, branco liso, medindo aproximadamente 162x229mm, com aprox. 75g/m2	unidades	3000	0	3000
29	Ficha “de cartolina, pautada, branca, medindo 3x5” com 240g/m2, pacote com 100 unidades	unidades	692	0	692
30	Fita adesiva 50mmx50m de papel, opaca, lisa ou crepada, medindo 50mm de largura e 50m de comprimento.	unidades	2582	240	2822
31	Fita adesiva, crepe, em rolo de 0,19m x 50m	unidades	2748	1380	4128
32	Fita adesiva, lisa ou crepada,	unidades	1205	0	1205



	cor palha, em rolo 0,38 m x 50 m				
33	Fita adesiva transparente em rolo, 12 mm x 50m	unidades	2596	600	3196
34	Fita adesiva transparente com padrão "durex" ou similar, tipo grossa medindo aproximadamente 0,45 m x100 m	unidades	2604	0	2604
35	Fita adesiva transparente, composição: filme polipropileno com adesivo à base de resina / borracha, 0,12m x 30m	rolos	2089	900	2989
36	Grampeador manual de mesa, em metal cromado ou pintado, 26 /6, capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm, capacidade para 20 folhas.	unidades	350	150	500
37	Grampeador, profissional (para processo), em metal cromado ou pintado, tamanho grande, 23/13, capacidade para 100 folhas	unidades	100	60	160
38	Grampo para grampeador, 23/6, niquelado, cx 5000.	caixas	100	0	100
39	Grampo para grampeador, 26/6, niquelado, cx 5000.	caixas	350	150	500

40	Guardanapo de papel, não reciclado, cor branca, macio e absorvente. Medida mínima: comprimento: 22 cm; largura: 25 cm. Produto acondicionado em embalagem primária plástica, e em embalagem secundária plástica ou de papelão (caixa), contendo na primária, 50 unidades (pacote).	pacotes	700	300	1000
41	Lâmpada fluorescente, potência mínima 40 w, base bipino g13, bulbo tubular t10, fluxo luminoso ≥ 3150 lm, temperatura de cor entre 3800 e 4200 k, vida média ≥ 12000 horas, com no mínimo 1,20 m	unidades	822	120	942
42	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria, aplicação ambiente interno.	unidades	16121	480	16601
43	Lapiseira 0,7 mm corpo de material plástico resistente, com borracha na ponta de click, compartimento interno par carga de grafite, com nome do fabricante e especificação de milimetragem de grafite no corpo do produto.	unidades	704	0	704

44	Lápis grafite, nº 2 em madeira, sextavado ou redondo, de alta qualidade, com resistência, acabamento do corpo do produto nas cores preta ou verde, com identificação de fabricante. Qualidade similar a marcas referência no mercado.	unidades	5000	3000	8000
45	Livro ata vertical 200 folhas, 210x300mm, com 200 folhas pautadas e numeradas, capa dura forrada.	unidades	300	200	500
46	Marcador, quadro magnético fibra, na cor verde, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2582	0	2582
47	Marcador, quadro magnético fibra, na cor vermelha, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2594	0	2594
48	Marcador, quadro magnético fibra, na cor preta, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2633	0	2633

49	Memória portatil microcomputador capacidade memoria 16 gb, interface usb 2.0, aplicação armazenamento de dados, tipo pen drive.	unidades	100	0	100
50	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades.	unidades	23348	3240	26588
51	Papel toalha 20x22cm 2 rolos c/60 toalhas cada absorvente, folhas picotadas medindo aproximadamente 20 x 22 cm.	unidades	2662	0	2662
52	Pasta de cartão duplex, com abas e elástico, 350g/m2, medindo aproximadamente (250x350) mm	unidades	2725	0	2725
53	Pasta catalogo, ofício, com 50 envelopes plásticos, medindo aproximadamente (245x335) mm	unidades	1079	0	1079
54	Pasta com grampo mola, ofício, medindo aproximadamente 242x356mm, transparente, em polipropileno	unidades	1393	0	1393
55	Pasta de plástico polionda, com abas e elástico, medindo aproximadamente (380x275) mm, com lombada de 40mm	unidades	1274	0	1274



56	Pasta em l, em polipropileno, transparente (cristal), tamanho ofício, medindo aproximadamente (340x225) mm	unidades	2126	0	2126
57	Pasta, impressa em papel cartolina 150g. tamanho mínimo fechada: 22 x 33 cm. Tipo modelo n17.	unidades	769	0	769
58	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (320x260) mm, lombada com 85mm	unidades	660	0	660
59	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (275x190) mm, lombada com 85mm	unidades	544	0	544
60	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (350x280) mm, lombada com 45 mm	unidades	708	0	708
61	Pasta suspensa, em cartão Kraft, medindo aproximadamente (360x240) mm	unidades	3862	1440	5302
62	Perfurador de papel, em metal, manual, com 2 furos de 6mm, capacidade para 40 folhas, régua ajustadora de papel, dimensões: 9,5cm x 11cm	unidades	200	0	200

63	Régua, escritório plástico transparente, incolor, escala graduada em mm e cm, faces iguais, medindo 30 cm de comprimento.	unidades	500	250	750
64	Rodo de madeira 2 borrachas com 60 cm, cabo de madeira plastificado.	unidades	1163	162	1325
65	Sabão de coco, barra com 200g	unidades	1500	500	2000
66	Sabão barra, composição básica sabão glicerinado, tipo neutro, características adicionais 1º qualidade, unidades com 200g, embalagem com 5 unidades.	embalagens	2000	1000	3000
67	Sabonete líquido, aspecto físico líquido viscoso, 5l.	unidades	2000	1000	3000
68	Sabonete líquido glicerinado infantil 250ml, aspecto cremoso, incolor, acidez ph neutro.	unidades	2179	0	2179
69	Saco, limpeza em tecido grosso, 100% algodão, na cor branca, sem furos, medindo no mínimo (40 x 60) cm, costurado.	unidades	1500	500	2000
70	Saco plástico, para coleta lixo, capacidade de 30 litros, medindo aprox. 590x620mm, espessura: 0,07mm, embalagem com 100 unidades.	pacotes	1344	120	1464

71	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1a qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades.	pacotes	3002	804	3806
72	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1a qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades	pacotes	2686	804	3490
73	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml sistema fechado	unidades	200	0	200
74	Solução limpeza, limpador multiuso 500ml.	unidades	4500	2500	7000
75	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cepa: chapa de aço, comprimento mínimo cepa: 21 cm, características adicionais: com cabo madeira	unidades	2070	252	2322
76	Mina para lapiseira, grafite 2b com 0.7mm de diâmetro e 60mm de comprimento, estojo com 12 minas	unidades	360	360	720

VI. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Art. 18, §1º, inciso V, da Lei 14.133/2021)

Diante das necessidades apontadas neste estudo, a solução proposta consiste no fornecimento de materiais de limpeza e de expediente para atendimento às demandas da Prefeitura de Barra do Piraí e de suas Secretarias, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste documento e no Termo de Referência.

Os quantitativos estimados foram consolidados a partir das informações prestadas pelas Secretarias Municipais, considerando o consumo médio e as demandas operacionais de cada unidade requisitante, bem como subsidiados por dados disponíveis de contratação similar anteriormente realizada no âmbito do município.

Registra-se, contudo, que as referências históricas se mostram limitadas, em razão da recente transição de gestão municipal, não tendo sido identificados registros suficientes que possibilitassem uma análise mais abrangente dos processos pretéritos.

Foram analisadas contratações similares, feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações, que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observaram maiores variações, quanto à execução do objeto, no que se refere ao papel da empresa, a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá, pela modalidade de licitação, aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

Verifica-se que, no mercado, existem diversas Atas de Registro de Preços vigentes, oriundas de outros órgãos e entidades públicas, que contemplam o fornecimento de materiais de limpeza e de expediente, possibilitando, em tese, a adesão por meio do chamado “carona”, nos termos da legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

Essas atas apresentam como principal vantagem a celeridade na contratação, uma vez que dispensam a realização de novo procedimento licitatório, permitindo a aquisição imediata dos itens registrados.

Entretanto, após análise técnica e de mercado, conclui-se que, para o presente caso, mostra-se mais vantajosa a realização de procedimento licitatório próprio, pelos seguintes fundamentos:

-Adequação às necessidades específicas

A adesão a atas existentes limita a Administração às condições previamente estabelecidas por outro órgão, que nem sempre refletem:

As reais demandas quantitativas

As especificações técnicas necessárias

A realidade operacional do Município

A licitação própria permite customização integral do objeto, garantindo maior aderência à necessidade administrativa.

-Possibilidade de maior economicidade

Embora a ata já contenha preços registrados, não há garantia de que estes sejam os mais vantajosos no momento atual.

O mercado de materiais de limpeza e expediente é altamente competitivo

Os preços sofrem variações frequentes

-A realização de licitação possibilita:

Ampla concorrência

Obtenção de propostas mais vantajosas

Redução efetiva de custos

-Planejamento e controle administrativo

A licitação própria permite:

Definição de cronograma de entrega adequado

Estabelecimento de critérios de desempenho

Melhor gestão contratual

Já a adesão à ata pode impor:

Condições padronizadas

Limitações contratuais

Menor controle sobre a execução

-Risco de desabastecimento e dependência externa

Na adesão à ata:

O órgão gerenciador detém prioridade sobre o saldo

Pode haver limitação de quantitativos disponíveis

Existe dependência de fornecedor contratado por outro ente

- A licitação própria garante:

Segurança no fornecimento

Atendimento contínuo da demanda

-Princípio da competitividade e vantajosidade

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a contratação pública deve sempre buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

Nesse sentido, a realização de procedimento licitatório próprio:

- Amplia a competitividade
- Garante maior transparência
- Fortalece a legalidade do processo

Diante do exposto, embora existam Atas de Registro de Preços disponíveis no mercado que poderiam, em tese, ser utilizadas por meio de adesão, verifica-se que a realização de licitação própria se mostra mais vantajosa, por assegurar:



Melhor adequação às necessidades do órgão

Maior competitividade e redução de preços

Maior controle na execução contratual

Segurança no fornecimento

Atendimento ao interesse público

VII. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VI, da Lei 14.133/2021)

O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.725.597,27 (Dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte sete centavos)**

VIII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei 14.133/2021)

A partir de Estudo Técnico Preliminar, tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade, a qualidade técnica da solução, o impacto ambiental e social, decidiu-se pela adoção da seguinte solução: Provável fornecimento de materiais descartáveis, higiene pessoal e material de expediente, em atendimento à Prefeitura Municipal e Secretarias acima citadas, conforme especificações e quantidades, estabelecidas neste documento e em Termo de Referência.

Não será necessário assistência técnica.

Não será necessário Garantia Contratual.

IX. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei 14.133/2021)

A referida contratação será realizada por item, com vistas a estimular maior disputa, com potencial de impacto na redução do preço final, garantindo, assim, a ampla concorrência.

Acredita-se que tal medida permitirá a maximização do número de fornecedores envolvidos no certame, considerando que todos conseguiriam atender à solicitação, na integralidade.

X. RESULTADOS PRETENDIDOS (Art. 18, §1º, inciso IX, da Lei 14.133/2021)

X.1) O provável fornecimento propicia qualidade ao serviço prestado à comunidade, tendo em vista que, hábitos de limpeza e da higiene pessoal devem ser ensinados, a fim de desenvolver a conscientização sobre o cuidado com o corpo.

XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Art. 18, §1º, inciso X, da Lei 14.133/2021)

Não serão necessárias adequações, tampouco capacitação de servidores, dado que, para a aplicação da solução indicada, a estrutura física e de pessoal, da Prefeitura e Suas Secretarias/Setores, conta com capacidade para implantação imediata.

XII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei 14.133/2021)

Não há, no âmbito da Municipalidade, contratações correlatas com o objeto da contratação em exame, neste documento.

XIII. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei 14.133/2021)

Impactos ambientais – material de limpeza

- Contaminação da água e do solo

Impacto: uso de produtos químicos (desinfetantes, detergentes, água sanitária) pode gerar:

Poluição hídrica

Alteração do pH da água

Danos à fauna e flora aquática

Medidas mitigadoras:

Aquisição de produtos **biodegradáveis**

Preferência por produtos com **baixo teor de fosfato**

Utilização de **produtos concentrados com diluição controlada**

Usuários usando o produto de maneira correta (evitar excesso)

-Geração de resíduos plásticos

Impacto: embalagens descartáveis (galões, frascos, refis) aumentam:

Volume de resíduos sólidos

Poluição ambiental

Medidas mitigadoras:

]Preferência por **embalagens recicláveis ou retornáveis**

Aquisição de produtos em **maior volume (redução de embalagens)**

Implantação de coleta seletiva

Incentivo ao uso de refis

- Consumo excessivo de água

Impacto: atividades de limpeza podem gerar desperdício de água.

Medidas mitigadoras:

Utilização de técnicas de limpeza **úmida controlada**

Uso de equipamentos como mop e pulverizadores

Adoção de procedimentos padronizados de limpeza

Impactos ambientais – material de expediente

-Geração de resíduos sólidos

Impacto: descarte de papéis, plásticos e metais (clipes, grampos)

Medidas mitigadoras:

Implantação de coleta seletiva

Reutilização de materiais

Aquisição de itens duráveis

-Resíduos de difícil decomposição

Impacto: materiais como:

Plásticos

Toners e cartuchos

Podem gerar poluição prolongada.

Medidas mitigadoras:

Logística reversa de cartuchos e toners

Preferência por produtos recicláveis



Contratação de fornecedores com responsabilidade ambiental

-Consumo energético indireto

Impacto: produção e transporte de materiais geram:

Emissão de gases de efeito estufa

Medidas mitigadoras:

Aquisição de fornecedores locais (redução de transporte)

Compra planejada (evitar compras emergenciais)

Preferência por empresas com práticas sustentáveis

Dessa forma, a Administração Pública atende não apenas à eficiência, mas também ao princípio do **desenvolvimento sustentável**, previsto na Lei nº 14.133/2021.

XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021)

Esta equipe de planejamento, declara VIÁVEL, a referida contratação, com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante às normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Barra do Piraí, 02/04/2026.

Denivaldo Gonçalves

Matrícula 0019

Luiz Claudio Paneto.

SMA-PMBP - Mat. 3018

ANÁLISE DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atender a demanda de aquisição: Aquisição de materiais de limpeza e expedientes, para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, conforme condições estabelecidas em TR e ETP.

FASE DE ANÁLISE

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO 01

Risco: Planejamento deficiente.

Causa: Andamento no processo mesmo havendo prazo em cada setor

Consequência: Interrupção de fornecimento dos materiais.

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta

Dano Potencial: O prejuízo ao atendimento das demandas das diversas secretarias e setores.

	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar planejamento eficiente e qualificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão.	Secretaria Municipal de Administração, responsável pela elaboração do TR.
	Ação de Contingência	Responsável
1.	Em caso de fracasso corrigir a descrição e revisar.	Secretaria Municipal de Administração, responsável pela elaboração do TR.

RISCO 02

Risco: Elaboração de Termo de Referência inadequado

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta

Dano Potencial: Utilização, por parte da contratada, de materiais de baixa qualidade, bem como emprego de produtos que não possuem descrição necessárias.

	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.	Setor de Compras
2.	Sugere-se que a Cotação de Preços seja realizada com fornecedores locais e regionais, do ramo.	Setor de Compras
	Ação de Contingência	Responsável
1.	Refazer o termo de referência.	Secretaria de Administração e Recursos Humanos

RISCO 03

Risco: Indisponibilidade financeira

Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta	x
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta	x

Dano Potencial: A não contratação do objeto licitado.

	Ação Preventiva	Responsável
1.	Planejamento financeiro para contratações.	SEPLAN
	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reprogramação de Planejamento financeiro.	SEPLAN

RISCO 04

Risco: Contratação de Empresas que não tenham capacidade de executar o Contrato

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta

Dano Potencial: Prejuízo ao atendimento das necessidades de troca de materiais desgastados.

	Ação Preventiva	Responsável
1.	Avaliação da capacidade técnica operacional da empresa.	CPL/Agentes de Contratação
	Ação de Contingência	Responsável
1.	Recessão contratual e reinício do processo licitatório.	CPL/Agentes de Contratação

Fase de Análise: Gestão/execução do objeto

RISCO 05

Risco: Atraso na Contratação

Probabilidade:	X	Baixa		Média		Alta
Impacto:		Baixa	X	Média		Alta

Dano Potencial: Deficiência na entrega dos produtos licitados.

	Ação Preventiva	Responsável
1.	Fiscalizar o contrato sobre o prazo de execução para entrega dos produtos.	Fiscal designado
	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que, a Contratada venha a cumprir todas a demandas de cada órgão.	PGM.



RISCO 06						
Risco: Inexecução total ou parcial do contrato.						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Dano Potencial: Problema na fase de execução do contrato, com a não entrega ou na entrega em desacordo do item poderá ocasionar prejuízos no atendimento aos servidores.						
	Ação Preventiva					Responsável
1.	Encaminhar o pedido com antecedência necessária.					Secretaria de Administração, responsável pela elaboração do TR. Fiscal do Contrato.
	Ação de Contingência					Responsável
1.	Notificar formalmente o fornecedor e exigir que sejam sanadas as falhas. Extinguir a contratação e convocar o remanescente. Aplicar penalidade como forma de evitar licitantes irresponsáveis.					Secretaria Municipal de Administração, responsável pela elaboração do TR. Fiscal do Contrato.
RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO						
_____ Identificação e assinatura				_____ Identificação e assinatura		

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.2 Descrição do objeto: Provável fornecimento de material de limpeza e expediente, a fim de atender a demanda Das Secretarias do Município de Barra do Piraí.

1.3 Especificação do produto/quantitativo:

Os produtos deverão ter padrão de qualidade exigido pelos órgãos competentes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	PMBP	FMS	TOTAL
1	Água sanitária, líquido homogêneo, germicida, alvejante, teor de cloro ativo 2% p/p, no mínimo, acondicionada em recipiente com 1 litro.	unidades	6676	3324	10000
2	Álcool etílico anidro (absoluto), filtrado, 99,5° g.l., teor alcoólico mínimo de 99,3° inpm, acondicionado em embalagem plástica com 1l.	unidades	4306	360	4666
3	Apagador para quadro magnético branco, medindo aproximadamente: 50 x 125 mm e espessura de 25 mm.	unidades	600	0	600
4	Apontador, lápis, de metal, com 1 furo, sem depósito. Em formato retangular.	unidades	1500	0	1500
5	Arquivo morto, polionda, tamanho ofício, medindo aproximadamente 350mm x 245mm x 135mm	unidades	1000	1000	2000



6	Borracha branca, formato retangular, capa plástica protetora, medindo aproximadamente 43x22x12 mm	unidades	1000	500	1500
7	Caderno escolar, a4 capa dura, horizontal, com pauta, brochura, medindo (185x285) mm, com 96 folhas, cores diversas.	unidades	1078	0	1078
8	Caderno protocolo de correspondência 1/4 com 100 folhas.	unidades	500	0	500
9	Caneta corretiva, com aproximadamente 7ml	unidades	200	0	200
10	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor vermelha, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	200	0	200
11	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor azul, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	500	0	500
12	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	1723	1200	2923
13	Caneta hidrográfica (pincel marca texto), fluorescente, cor amarela, verde e laranja	unidades	1000	500	1500



14	Caneta para retroprojektor, cores diversas, ponta média (2,0mm), estojo com 6 unidades	unidades	100	0	100
15	Clipe de metal para papel, tamanho 8/0 (57 mm), caixa c/ 25 unidades.	unidades	700	300	1000
16	Clipe de metal para papel, tamanho 3/0 (36 mm), caixa com 50 unidades.	unidades	700	300	1000
17	Cola em bastão, com 10 g.	unidades	937	0	937
18	Cola, em bastão, para papel e papelão, com 40g	unidades	2652	1260	3912
19	Cola líquida branca, 1000g. A base de água. Lavável, atóxica.	unidades	1392	0	1392
20	Colchete para papel, nº 07, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	178	578
21	Colchete para papel, nº 09 de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	188	588
22	Colchete para papel, nº 12, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	400	176	576
23	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 200ml aproximadamente, com norma de qualidade ABNT - nbr 14865/12, em embalagem com 100 unidades.	pacotes	1500	500	2000
24	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 50ml aproximadamente,	pacotes	600	400	1000



	acondicionado em embalagem com 100 unidades.				
25	Corretivo em fita para escrita manual, medida aproximadamente (4,1mm x 8m)	unidades	3397	547	3944
26	Envelope, saco, liso, de papel Kraft natural, gramatura 80g/m2, medindo aproximadamente (240 x 340) mm.	unidades	4000	1000	5000
27	Envelope para circulação interna, Kraft natural, 260mmx360mm unidades 3000 0 3000	unidades	3000	0	3000
28	Envelope para correspondência, branco liso, medindo aproximadamente 162x229mm, com aprox. 75g/m2	unidades	3000	0	3000
29	Ficha “de cartolina, pautada, branca, medindo 3x5” com 240g/m2, pacote com 100 unidades	unidades	692	0	692
30	Fita adesiva 50mmx50m de papel, opaca, lisa ou crepada, medindo 50mm de largura e 50m de comprimento.	unidades	2582	240	2822
31	Fita adesiva, crepe, em rolo de 0,19m x 50m	unidades	2748	1380	4128
32	Fita adesiva, lisa ou crepada,	unidades	1205	0	1205

	cor palha, em rolo 0,38 m x 50 m				
33	Fita adesiva transparente em rolo, 12 mm x 50m	unidades	2596	600	3196
34	Fita adesiva transparente com padrão "durex" ou similar, tipo grossa medindo aproximadamente 0,45 m x100 m	unidades	2604	0	2604
35	Fita adesiva transparente, composição: filme polipropileno com adesivo à base de resina / borracha, 0,12m x 30m	rolos	2089	900	2989
36	Grampeador manual de mesa, em metal cromado ou pintado, 26 /6, capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm, capacidade para 20 folhas.	unidades	350	150	500
37	Grampeador, profissional (para processo), em metal cromado ou pintado, tamanho grande, 23/13, capacidade para 100 folhas	unidades	100	60	160
38	Grampo para grampeador, 23/6, niquelado, cx 5000.	caixas	100	0	100
39	Grampo para grampeador, 26/6, niquelado, cx 5000.	caixas	350	150	500

40	Guardanapo de papel, não reciclado, cor branca, macio e absorvente. Medida mínima: comprimento: 22 cm; largura: 25 cm. Produto acondicionado em embalagem primária plástica, e em embalagem secundária plástica ou de papelão (caixa), contendo na primária, 50 unidades (pacote).	pacotes	700	300	1000
41	Lâmpada fluorescente, potência mínima 40 w, base bipino g13, bulbo tubular t10, fluxo luminoso ≥ 3150 lm, temperatura de cor entre 3800 e 4200 k, vida média ≥ 12000 horas, com no mínimo 1,20 m	unidades	822	120	942
42	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria, aplicação ambiente interno.	unidades	16121	480	16601
43	Lapiseira 0,7 mm corpo de material plástico resistente, com borracha na ponta de click, compartimento interno par carga de grafite, com nome do fabricante e especificação de milimetragem de grafite no corpo do produto.	unidades	704	0	704

44	Lápis grafite, nº 2 em madeira, sextavado ou redondo, de alta qualidade, com resistência, acabamento do corpo do produto nas cores preta ou verde, com identificação de fabricante. Qualidade similar a marcas referência no mercado.	unidades	5000	3000	8000
45	Livro ata vertical 200 folhas, 210x300mm, com 200 folhas pautadas e numeradas, capa dura forrada.	unidades	300	200	500
46	Marcador, quadro magnético fibra, na cor verde, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2582	0	2582
47	Marcador, quadro magnético fibra, na cor vermelha, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2594	0	2594
48	Marcador, quadro magnético fibra, na cor preta, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2633	0	2633

49	Memória portatil microcomputador capacidade memoria 16 gb, interface usb 2.0, aplicação armazenamento de dados, tipo pen drive.	unidades	100	0	100
50	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades.	unidades	23348	3240	26588
51	Papel toalha 20x22cm 2 rolos c/60 toalhas cada absorvente, folhas picotadas medindo aproximadamente 20 x 22 cm.	unidades	2662	0	2662
52	Pasta de cartão duplex, com abas e elástico, 350g/m2, medindo aproximadamente (250x350) mm	unidades	2725	0	2725
53	Pasta catalogo, ofício, com 50 envelopes plásticos, medindo aproximadamente (245x335) mm	unidades	1079	0	1079
54	Pasta com grampo mola, ofício, medindo aproximadamente 242x356mm, transparente, em polipropileno	unidades	1393	0	1393
55	Pasta de plástico polionda, com abas e elástico, medindo aproximadamente (380x275) mm, com lombada de 40mm	unidades	1274	0	1274

56	Pasta em l, em polipropileno, transparente (cristal), tamanho ofício, medindo aproximadamente (340x225) mm	unidades	2126	0	2126
57	Pasta, impressa em papel cartolina 150g. tamanho mínimo fechada: 22 x 33 cm. Tipo modelo n17.	unidades	769	0	769
58	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (320x260) mm, lombada com 85mm	unidades	660	0	660
59	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (275x190) mm, lombada com 85mm	unidades	544	0	544
60	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (350x280) mm, lombada com 45 mm	unidades	708	0	708
61	Pasta suspensa, em cartão Kraft, medindo aproximadamente (360x240) mm	unidades	3862	1440	5302
62	Perfurador de papel, em metal, manual, com 2 furos de 6mm, capacidade para 40 folhas, régua ajustadora de papel, dimensões: 9,5cm x 11cm	unidades	200	0	200

63	Régua, escritório plástico transparente, incolor, escala graduada em mm e cm, faces iguais, medindo 30 cm de comprimento.	unidades	500	250	750
64	Rodo de madeira 2 borrachas com 60 cm, cabo de madeira plastificado.	unidades	1163	162	1325
65	Sabão de coco, barra com 200g	unidades	1500	500	2000
66	Sabão barra, composição básica sabão glicerinado, tipo neutro, características adicionais 1º qualidade, unidades com 200g, embalagem com 5 unidades.	embalagens	2000	1000	3000
67	Sabonete líquido, aspecto físico líquido viscoso, 5l.	unidades	2000	1000	3000
68	Sabonete líquido glicerinado infantil 250ml, aspecto cremoso, incolor, acidez ph neutro.	unidades	2179	0	2179
69	Saco, limpeza em tecido grosso, 100% algodão, na cor branca, sem furos, medindo no mínimo (40 x 60) cm, costurado.	unidades	1500	500	2000
70	Saco plástico, para coleta lixo, capacidade de 30 litros, medindo aprox. 590x620mm, espessura: 0,07mm, embalagem com 100 unidades.	pacotes	1344	120	1464

71	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades.	pacotes	3002	804	3806
72	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades	pacotes	2686	804	3490
73	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml sistema fechado	unidades	200	0	200
74	Solução limpeza, limpador multiuso 500ml.	unidades	4500	2500	7000
75	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cepa: chapa de aço, comprimento mínimo cepa: 21 cm, características adicionais: com cabo madeira	unidades	2070	252	2322
76	Mina para lapiseira, grafite 2b com 0.7mm de diâmetro e 60mm de comprimento, estojo com 12 minas	unidades	360	360	720

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

2.1.1 Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):

2.1. Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21): O objeto não demandará instrumento contratual, os pedidos serão feitos mediante emissão de nota de empenho, dentro da vigência da Ata de Registro de preços.

2.2. Prorrogação do Contrato: O objeto não demandará instrumento contratual, os pedidos serão feitos mediante emissão de nota de empenho, dentro da vigência da Ata de Registro de preços.

2.3. Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): O reajuste será conforme especificado nas cláusulas contratuais, com data base vinculada à data do orçamento estimado, adotando como base o índice IPCA ou outro que substitua em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Interesse público:

3.1. Interesse público: Justifica-se pelo fato de que, sendo a Secretaria Municipal de Administração, atender às demandas dos setores da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí no período de 12 meses, pois são produtos essenciais para um bom andamento das atividades podendo a falta dos produtos ocasionar a paralisação dos serviços:

3.2. Metodologia do quantitativo:

Os quantitativos estimados foram consolidados a partir das informações prestadas pelas Secretarias Municipais, considerando o consumo médio e as demandas operacionais de cada unidade requisitante, bem como subsidiados por dados disponíveis de contratação similar anteriormente realizada no âmbito do município.

Registra-se, contudo, que as referências históricas se mostram limitadas, em razão da recente transição de gestão municipal, não tendo sido identificados registros suficientes que possibilitassem uma análise mais abrangente dos processos pretéritos.

3.3. Justificativa do Quantitativo solicitado: No que versa sobre o quantitativo, a provável aquisição tem como principal fundamento, o fato de que, a limpeza, conservação e higiene, de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, tem por objetivo a manutenção das condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções em um ambiente mantido em bom estado.

Ademais, no que se refere ao material de expediente, sua aquisição justifica-se pela necessidade de garantir o adequado funcionamento das atividades administrativas, assegurando o suporte operacional indispensável ao desenvolvimento das rotinas de trabalho. Tais materiais são essenciais para a organização, registro, controle e comunicação interna, contribuindo diretamente para a eficiência, continuidade e qualidade dos serviços prestados.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)

4.1. Estudo Técnico Preliminar (Conforme elementos constantes no art. 18, § 1º da Lei 14.133/21).

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)

A partir de Estudo Técnico Preliminar, tendo como escopo decisório a adequação orçamentária, o impacto financeiro, a economicidade, a qualidade técnica da solução, o impacto ambiental e social, decidiu-se pela adoção da seguinte solução: para o atendimento da necessidade identificada, optou-se pela contratação de empresa, que seja capaz de manter, com regularidade, o fornecimento de material de limpeza.

Os materiais de consumo, a serem adquiridos, pela referida contratação, enquadram-se como comuns, nos termos do artigo 1º da Lei nº 10.520, de 2002, facilmente encontrados no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

O fornecedor deverá efetuar a entrega do material em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local de entrega, constantes em Estudo Técnico preliminar (ETP), acompanhado da respectiva nota fiscal.

Devido ao limitado período de validade, para o consumo do bem a ser adquirido, faz-se

necessário que as entregas sejam realizadas parceladas, conforme a demandas do órgão, ao longo do período de vigência da Ata de Registro de Preços.

5.1. Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): Não será exigida garantia e/ou assistência técnica.

5.2. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução do contrato.

5.3 Garantia e/ou assistência técnica (art. 40, § 1º, III): Não será exigida garantia e/ou assistência técnica;

5.4 Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida garantia de execução do contrato.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)

6.5. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021):

A empresa vencedora deverá apresentar atestado de capacidade técnico-operacional, relacionado ao objeto, fornecido por pessoa de direito público ou privado;

O Atestado de Capacidade Técnica deverá conter, no mínimo, a razão social completa, endereço e CNPJ/CPF da entidade que o expediu;

Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Não será aplicado.

Vistoria Prévia (observado os §§§ 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigida vistoria prévia;

6.4 A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não se aplica.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)

7.1 O prazo de entrega dos produtos, é de até 20 dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho;

7.2 As entregas serão realizadas, conforme solicitação, formulado pelas Secretarias do Município de Barra do Piraí.

7.4 O presente objeto deste certame, deverá ser entregue no almoxarifado da Prefeitura, localizado no endereço: Travessa Assumpção, nº 33, loja 35, centro, Barra do Piraí. Cep: 27150-

230.

7.5 O objeto será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, em até 10 (dez) dias;

7.7 O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes, que comprovem o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

7.8 Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e no ETP, devendo ser substituídos no prazo de 07 dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º);

7.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto, não excluirá a responsabilidade da contratada, pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º);

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)

8.1 A entrega deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021;

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega e execução, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021;

8.3. Os efeitos pretendidos com a contratação consistem, portanto, na **garantia de funcionamento contínuo, eficiente e sustentável da Administração Pública**, com melhoria das condições de trabalho, otimização de recursos e atendimento adequado às demandas institucionais, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

9.1 O objeto não demandará instrumento contratual, porém, no caso de formalização de contrato, atuarão como Gestor e Fiscais, os servidores que serão indicados pelas Pastas Requisitantes:

9.1.1 Os servidores serão indicados pelas secretarias no ato da assinatura da ATA, exercerão a função de fiscais setoriais;

10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)

10.1 O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021;

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura, quando o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação;

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)

11.1 A aquisição do objeto/a prestação dos serviços será realizada através de Sistema de Registro de Preços? (X) sim ou () não.

11.2 Qual critério de julgamento será utilizado?

Menor Preço.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)

O custo estimado da contratação é de **R\$ 2.725.597,27 (Dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos)**

12.1 O valor estimado através de pesquisa prévia em Ata de Registro de Preços acostados ao processo.

12.2 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)

12.2.1 A(s) dotação(ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é(são):

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO	RECURSO
ADMINISTRAÇÃO	20.07.04.122.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
AGRICULTURA	20.21.20.606.1002.2021	3.3.90.30.00	1500
SMAE	20.16.04.451.1011.2034	3.3.90.30.00	1500



AMBIENTE	20.10.18.541.1005.2024	3.3.90.30.00	1500
OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
ASSISTÊNCIA	20.15.08.244.1003.2043	3.3.90.30.00	1500
BEM ESTAR ANIMAL	20.26.18.541.1025.8011	3.3.90.30.00	1500
ORDEM PÚBLICA	20.18.06.091.1021.2012	3.3.90.30.00	1500
CALIFÓRNIA	20.17.15.452.1011.2933	3.3.90.30.00	1500
COMUNICAÇÃO	20.25.24.131.1003.2057	3.3.90.30.00	1500
CONTROLADORIA	20.05.04.124.1016.2048	3.3.90.30.00	1500
CULTURA	20.08.08.243.1003.5742	3.3.90.30.00	1500
DEFESA CIVIL	20.24.06.182.1003.2058	3.3.90.30.00	1500
EDUCAÇÃO	20.11.12.361.1006.2072	3.3.90.30.00	1500
ESPORTE	20.23.27.812.1019.2010	3.3.90.30.00	1500
FAZENDA	20.09.04.123.1013.2036	3.3.90.30.00	1500
GOVERNO	20.02.04.122.1003.2028	3.3.90.30.00	1500
GUARDA MUNICIPAL	20.18.06.181.1017.2011	3.3.90.30.00	1500
HABITAÇÃO	20.22.16.482.1009.1009	3.3.90.30.00	1500
OBRAS	20.12.04.451.1011.2032	3.3.90.30.00	1500
PLANEJAMENTO	20.06.04.121.1003.2031	3.3.90.30.00	1500
PROCURADORIA	20.04.02.092.1016.2047	3.3.90.30.00	1500
RH	20.07.04.128.1008.4059	3.3.90.30.00	1500
SERVIÇO PÚBLICO	20.13.04.452.1011.2033	3.3.90.30.00	1500
TI	20.19.19.126.1023.1046	3.3.90.30.00	1500
TRABALHO	20.03.11.333.1001.2026	3.3.90.30.00	1500
TURISMO	20.20.04.695.1010.5741	3.3.90.30.00	1500
MULHER	20.14.04.122.0024.5749	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.122.0020.2961	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3045	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.302.0020.3102	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.122.0020.3051	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.125.0020.3052	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3049	3.3.90.30.00	1600



SMS	10.301.0020.3143	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.5773	3.3.90.30.00	1621
SMS	10.301.0020.8008	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.2962	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3029	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1500
SMS	10.301.0020.3042	3.3.90.30.00	1600
SMS	10.301.0020.3056	3.3.90.30.00	1621

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 A participação de qualquer proponente vencedor, no processo, implicará na aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições;

13.1.2 Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas, tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou outras;

Barra do Piraí, 05/01/2026.

Denivaldo Gonçalves

Matrícula 0019


Luiz Claudio Paneto.

SMA-PMBP - Mat. 3018



ANEXO IV

 SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL ANEXO IV – fl. 01			Licitação por: Pregão Eletrônico A realizar-se em: ____/____/____ às ____ hs. Requisição: nº _____			
Proposta de Preços			CARIMBO DA FIRMA			
A empresa ao lado propõe-se a entregar o material à Prefeitura de Municipal de Barra do Piraí pelos preços assinalados, obedecendo rigorosamente às condições constantes no Edital de Pregão Eletrônico Nº ____/20__						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	Unid	Marca	Preço Unitário	PREVISÃO DE CUSTO R\$ SUBTOTAL
		Provável fornecimento de material de limpeza e expediente, a fim de atender a demanda Das Secretarias do Município de Barra do Piraí.				
Valor Total por Extenso: (_____)			TOTAL			
OBSERVAÇÕES: 1. Ser datilografada, sem emendas e rasuras; conter os preços em algarismo e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais a ser datada e assinada pelo gerente ou seu procurador. 2. O proponente se obrigará, mediante devolução da PROPOSTA DE PREÇOS a cumprir os termos nela contidos. 3. As duas primeiras vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este ÓRGÃO, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação do seu número e data do encerramento. 4. A licitação mediante PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser anulada no todo ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.			Prazo de execução: Validade da Proposta De Preços (preços válidos), por: 60 (sessenta) dias Local da execução: Declaramos inteira submissão ao presente Termo e Legislação vigente Em ____/____/____			
Obs.: Informar dados bancários: Banco: _____ Nº _____ Agência: _____ C/c: _____			Firma Proponente			

 <p>SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL ANEXO IV – fl. 02 PROPOSTA DE PREÇOS</p>	<p>Licitação por: Pregão Eletrônico A realizar-se em: _____ às _____ hs. Requisição: nº _____</p>
---	--

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Água sanitária, líquido homogêneo, germicida, alvejante, teor de cloro ativo 2% p/p, no mínimo, acondicionada em recipiente com 1 litro.	unidades	10000			
2	Álcool etílico anidro (absoluto), filtrado, 99,5° g.l., teor alcoólico mínimo de 99,3° inpm, acondicionado em embalagem plástica com 1l.	unidades	4666			
3	Apagador para quadro magnético branco, medindo aproximadamente: 50 x 125 mm e espessura de 25 mm.	unidades	600			
4	Apontador, lápis, de metal, com 1 furo, sem depósito. Em formato retangular.	unidades	1500			
5	Arquivo morto, polionda, tamanho ofício, medindo aproximadamente 350mm	unidades	2000			



	x 245mm x 135mm					
6	Borracha branca, formato retangular, capa plástica protetora, medindo aproximadamente 43x22x12 mm	unidades	1500			
7	Caderno escolar, a4 capa dura, horizontal, com pauta, brochura, medindo (185x285) mm, com 96 folhas, cores diversas.	unidades	1078			
8	Caderno protocolo de correspondência 1/4 com 100 folhas.	unidades	500			
9	Caneta corretiva, com aproximadamente 7ml	unidades	200			
10	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor vermelha, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	200			
11	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor azul, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	500			



12	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	1908			
13	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades COTA PARA ME/EPP	caixas	1015			
14	Caneta hidrográfica (pincel marca texto), fluorescente, cor amarela, verde e laranja	unidades	1500			
15	Caneta para retroprojektor, cores diversas, ponta média (2,0mm), estojo com 6 unidades	unidades	100			
16	Clipe de metal para papel, tamanho 8/0 (57 mm), caixa c/ 25 unidades.	unidades	1000			
17	Clipe de metal para papel, tamanho 3/0 (36 mm), caixa com 50 unidades.	unidades	1000			
18	Cola em bastão, com 10 g.	unidades	937			
19	Cola, em bastão, para papel e papelão, com	unidades	3912			



	40g					
20	Cola líquida branca, 1000g. A base de água. Lavável, atóxica.	unidades	1392			
21	Colchete para papel, nº 07, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	578			
22	Colchete para papel, nº 09 de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	588			
23	Colchete para papel, nº 12, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	576			
24	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 200ml aproximadamente, com norma de qualidade ABNT - nbr 14865/12, em embalagem com 100 unidades.	pacotes	2000			
25	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 50ml aproximadamente, acondicionado em embalagem com 100 unidades.	pacotes	1000			
26	Corretivo em fita para escrita manual, medida	unidades	3944			

	aproximadamente (4,1mm x 8m)					
27	Envelope, saco, liso, de papel Kraft natural, gramatura 80g/m2, medindo aproximadamente (240 x 340) mm.	unidades	5000			
28	Envelope para circulação interna, Kraft natural, 260mmx360mm unidades 3000 0 3000	unidades	3000			
29	Envelope para correspondência, branco liso, medindo aproximadamente 162x229mm, com aprox. 75g/m2	unidades	3000			
30	Ficha “de cartolina, pautada, branca, medindo 3x5” com 240g/m2, pacote com 100 unidades	unidades	692			
31	Fita adesiva 50mmx50m de papel, opaca, lisa ou crepada, medindo 50mm de largura e 50m de comprimento.	unidades	2822			
32	Fita adesiva, crepe, em rolo de 0,19m x 50m	unidades	4128			
33	Fita adesiva, lisa ou crepada, cor palha, em	unidades	1205			



	rolo 0,38 m x 50 m					
34	Fita adesiva transparente em rolo, 12 mm x 50m	unidades	3196			
35	Fita adesiva transparente com padrão "durex" ou similar, tipo grossa medindo aproximadamente 0,45 m x 100 m	unidades	2604			
36	Fita adesiva transparente, composição: filme polipropileno com adesivo à base de resina / borracha, 0,12m x 30m	rolos	2989			
37	Grampeador manual de mesa, em metal cromado ou pintado, 26 /6, capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm, capacidade para 20 folhas.	unidades	500			
38	Grampeador, profissional (para processo), em metal cromado ou pintado, tamanho grande, 23/13, capacidade para 100 folhas	unidades	160			
39	Grampo para grampeador, 23/6, niquelado, cx 5000.	caixas	100			



40	Grampo para grampeador, 26/6, niquelado, cx 5000.	caixas	500			
41	Guardanapo de papel, não reciclado, cor branca, macio e absorvente. Medida mínima: comprimento: 22 cm; largura: 25 cm. Produto acondicionado em embalagem primária plástica, e em embalagem secundária plástica ou de papelão (caixa), contendo na primária, 50 unidades (pacote).	pacotes	1000			
42	Lâmpada fluorescente, potência mínima 40 w, base bipino g13, bulbo tubular t10, fluxo luminoso ≥ 3150 lm, temperatura de cor entre 3800 e 4200 k, vida média ≥ 12000 horas, com no mínimo 1,20 m	unidades	942			
43	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria, aplicação ambiente interno.	unidades	9001			
44	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria,	unidades	7600			



	aplicação ambiente interno. COTA PARA ME/EPP					
45	Lapiseira 0,7 mm corpo de material plástico resistente, com borracha na ponta de click, compartimento interno par carga de grafite, com nome do fabricante e especificação de milimetragem de grafite no corpo do produto.	unidades	704			
46	Lápis grafite, nº 2 em madeira, sextavado ou redondo, de alta qualidade, com resistência, acabamento do corpo do produto nas cores preta ou verde, com identificação de fabricante. Qualidade similar a marcas referência no mercado.	unidades	8000			
47	Livro ata vertical 200 folhas, 210x300mm, com 200 folhas pautadas e numeradas, capa dura forrada.	unidades	500			



48	Marcador, quadro magnético fibra, na cor verde, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2582			
49	Marcador, quadro magnético fibra, na cor vermelha, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2594			
50	Marcador, quadro magnético fibra, na cor preta, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2633			
51	Memória portátil microcomputador capacidade memória 16 gb, interface usb 2.0, aplicação armazenamento de dados, tipo pen drive.	unidades	100			
52	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de	unidades	24528			



	largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades.					
53	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades. COTA PARA ME/EPP	unidades	2060			
54	Papel toalha 20x22cm 2 rolos c/60 toalhas cada absorvente, folhas picotadas medindo aproximadamente 20 x 22 cm.	unidades	2662			
55	Pasta de cartão duplex, com abas e elástico, 350g/m2, medindo aproximadamente (250x350) mm	unidades	2725			
56	Pasta catalogo, ofício, com 50 envelopes plásticos, medindo aproximadamente (245x335) mm	unidades	1079			
57	Pasta com grampo mola, ofício, medindo aproximadamente 242x356mm, transparente, em	unidades	1393			



	polipropileno					
58	Pasta de plástico polionda, com abas e elástico, medindo aproximadamente (380x275) mm, com lombada de 40mm	unidades	1274			
59	Pasta em l, em polipropileno, transparente (cristal), tamanho ofício, medindo aproximadamente (340x225) mm	unidades	2126			
60	Pasta, impressa em papel cartolina 150g.tamanho mínimo fechada: 22 x 33 cm. Tipo modelo n17.	unidades	769			
61	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (320x260) mm, lombada com 85mm	unidades	660			
62	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (275x190) mm,	unidades	544			



	lombada com 85mm					
63	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (350x280) mm, lombada com 45 mm	unidades	708			
64	Pasta suspensa, em cartão Kraft, medindo aproximadamente (360x240) mm	unidades	5302			
65	Perfurador de papel, em metal, manual, com 2 furos de 6mm, capacidade para 40 folhas, régua ajustadora de papel, dimensões: 9,5cm x 11cm	unidades	200			
66	Régua, escritório plástico transparente, incolor, escala graduada em mm e cm, faces iguais, medindo 30 cm de comprimento.	unidades	750			
67	Rodo de madeira 2 borrachas com 60 cm, cabo de madeira plastificado.	unidades	1325			
68	Sabão de coco, barra com 200g	unidades	2000			



69	Sabão barra, composição básica sabão glicerinado, tipo neutro, características adicionais 1º qualidade, unidades com 200g, embalagem com 5 unidades.	embalagens	3000			
70	Sabonete líquido, aspecto físico líquido viscoso, 5l.	unidades	3000			
71	Sabonete líquido glicerinado infantil 250ml, aspecto cremoso, incolor, acidez ph neutro.	unidades	2179			
72	Saco, limpeza em tecido grosso, 100% algodão, na cor branca, sem furos, medindo no mínimo (40 x 60) cm, costurado.	unidades	2000			
73	Saco plástico, para coleta lixo, capacidade de 30 litros, medindo aprox. 590x620mm, espessura: 0,07mm, embalagem com 100 unidades.	pacotes	1464			
74	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1ª qualidade, pigmentação	pacotes	2730			



	uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades.					
75	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades. COTA PARA ME/EPP	pacotes	1076			
76	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades	pacotes	1990			
77	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta	pacotes	1500			



	de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1a qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades COTA PARA ME/EPP					
78	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml sistema fechado	unidades	200			
79	Solução limpeza, limpador multiuso 500ml.	unidades	7000			
80	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cepa: chapa de aço, comprimento mínimo cepa: 21 cm, características adicionais: com cabo madeira	unidades	2322			
81	Mina para lapiseira, grafite 2b com 0.7mm de diâmetro e 60mm de comprimento, estojo com 12 minas	unidades	720			



ANEXO V

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA Provável
PROVÁVEL AQUISIÇÃO xxxxxxxxxxxxxxxx, PARA
ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA
xx
, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI. E A
EMPRESA _____**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, através **Prefeitura Municipal de Barra do Piraí**, inscrito no CNPJ 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção nº 69-Centro, município de Barra do Piraí/RJ, na qualidade de **ORGÃO GERENCIADOR**, torna público que, devidamente autorizada pelo **Exma. Prefeita, Sra. Katia Cristina Miki da Silva**, brasileira, residente e domiciliado nesta cidade, portadora, CPF nº 096.147.397-19 na forma do disposto no **processo administrativo n.º 020315-000225/2025** ora denominada **AUTORIDADE COMPETENTE**, e a empresa _____, situada na _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____ CEP: _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato pelo Sr. _____, cédula de identidade nº _____ /__, CPF: _____, domiciliado na _____, nº _____, apto. _____ Bairro _____, Cidade _____/RJ CEP: _____, lavram a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº 401 de 08 de novembro de 2022, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este instrumento suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Objeto da presente Ata de Registro de Preços é o Provável fornecimento de material de limpeza e expediente, a fim de atender a demanda Das Secretarias do Município de Barra do Piraí.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Esta Ata de Registro de Preços é documento vinculativo, de caráter obrigacional, com efeito de compromisso de fornecimento, para futura contratação, nos termos e especificações definidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Parágrafo primeiro: A contratação com o fornecedor registrado não é obrigatória e será realizada de acordo com a necessidade da **PREFEITURA DE BARRA DO PIRAI** e de acordo com o quantitativo indicado na **cláusula quarta**.

Parágrafo segundo: a lavratura desta Ata de Registro de Preços não obriga a contratação do(s) item (ns) registrado (s), facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

Parágrafo terceiro: a Ata de Registro de Preços, com a indicação do preço registrado e dos fornecedores, será divulgada no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)** do órgão gerenciador da Ata e ficará disponibilizada durante a sua vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O **ÓRGÃO GERENCIADOR** desta Ata de Registro de Preços é a **Prefeitura de Barra do Piraí/RJ**

Parágrafo primeiro: A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida por quaisquer órgãos ou entidade do Estado e Município (s), que não tenha (m) participado do certame licitatório, ora denominado (s) **ÓRGÃO (S) ADERENTE (S)**.

CLÁUSULA QUARTA: DO QUANTITATIVO

O quantitativo do(s) item (ns) indicado (s) no Termo de Referência é (são) meramente estimativo(s) e não implicam em obrigatoriedade de contratação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Parágrafo primeiro: é vedada a realização de acréscimos nos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA: DO LOCAL DE ENTREGA

O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue/executado conforme informado no Edital e Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA: DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo de entrega dos objetos é de 20 (vinte) dias conforme, termo de referência.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO

O preço registrado é o constante da proposta vencedora da licitação, cujos valores estão reunidos na Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços (**Anexo I**).

Parágrafo primeiro: O preço englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais, financeiras, frete, transporte e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

Parágrafo segundo: O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do material registrado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as negociações junto aos fornecedores.

Parágrafo terceiro: Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo quarto: Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

Parágrafo quinto: A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Parágrafo sexto: Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o **FORNECEDOR**, mediante requerimento devidamente fundamentado, não puder cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

Parágrafo sétimo: Não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá



proceder à revogação, parcial ou integral, da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA: DO PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA NONA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários para as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão por conta do próprio **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

Secretaria	Funcional	Elemento de Despesa	Recurso

CLÁUSULA DÉCIMA: CONTRATAÇÃO PELO ÓRGÃO GERENCIADOR

Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** promover as ações necessárias para as suas próprias contratações, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo primeiro: a contratação realizada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** será formalizada por emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar.

Parágrafo segundo: o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

O objeto desta ata será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo primeiro: as condições de fornecimento devem ser executadas fielmente, de acordo com os termos do instrumento convocatório, do Edital e seus anexos, e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial do objeto.

Parágrafo segundo: a execução será acompanhada e fiscalizada por representante(s) do **CONTRATANTE** especialmente designado(s) pelo órgão contratante conforme ato de nomeação.

Parágrafo terceiro: o objeto será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento.

Parágrafo quarto: o recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

Parágrafo quinto: o material cujo padrão de qualidade e desempenho esteja em desacordo com a especificação do Edital e da Proposta de Preços será recusado pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à sua regularização. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo sexto: o fornecedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo sétimo: a instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade do fornecedor, nem o exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, de acordo com as contratações realizadas, considerando a quantidade e valor do item adquirido.

Parágrafo primeiro: o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

Parágrafo segundo: considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

Parágrafo terceiro: caso se faça necessária à reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo quarto: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo

IGPM e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo quinto: a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

Parágrafo sexto: A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº xxxxx, agência: xxxxxx, banco: xxxxxx, de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR, NA QUALIDADE DE CONTRATANTES

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** na qualidade de **Contratantes**:

- a) efetuar os pagamentos devidos ao Fornecedor, de acordo com as condições estabelecidas no Edital para Registro de Preços, Termo de Referência, Proposta de Preços e Consolidação das Informações desta Ata de Registro de Preços.

- b) entregar ao Fornecedor documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente instrumento;
- c) exercer a fiscalização da execução do objeto;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Constituem obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

- a) gerenciar a ata de registro de preços;
- b) acompanhar constantemente a flutuação dos preços no mercado de modo a manter a vantajosidade;
- c) conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

Constituem obrigações do Fornecedor:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de materiais necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 07 (sete) dias corridos;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

Parágrafo único: não será admitida justificativa de atraso da entrega/execução do objeto adquirido que tenha como fundamento o não cumprimento da sua entrega pelo (s) fornecedor (es) do licitante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA RESPONSABILIDADE

O Fornecedor é responsável por danos causados ao órgão contratante ou a terceiros,

decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único: o cancelamento do registro nas hipóteses previstas nas alíneas a, b e d do *caput* será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla e prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Conforme artigo 86 parágrafo terceiro da Lei 14133 de 1º de abril de 2021, o município poderá dar ADESÃO A ATA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços/Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo primeiro: a sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

Parágrafo segundo: quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

Parágrafo terceiro: a imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, podendo ser aplicado pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

Parágrafo quarto: ressalvada a hipótese descrita no parágrafo quarto cabe ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** aplicar as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo quinto: a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput* da **cláusula vigésima**, serão impostas pela **AUTORIDADE COMPETENTE, com poderes para decidir na Administração Pública.**

Parágrafo sexto: a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima**, será imposta pelo Ordenador de Despesa.

Parágrafo sétimo: a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, é de competência exclusiva da **Exmo Sr. Prefeito.**

Parágrafo oitavo: a multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput* da **cláusula vigésima:**

a) não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

Parágrafo nono: o impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput* da **cláusula vigésima:**

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo décimo: a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo décimo primeiro: é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo décimo segundo: o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da Ata, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da Ata pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo décimo terceiro: a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo décimo quarto: a aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, observando-se os seguintes preceitos:

- a) ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia;
- b) a intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa;
- c) a defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput* da **cláusula vigésima**, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do mesmo dispositivo;

d) será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela Autoridade Competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo décimo quinto: a recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata dentro do prazo estipulado pela Entidade, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total da Ata, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

Parágrafo décimo sexto: as penalidades previstas na **cláusula vigésima** também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

Parágrafo décimo sétimo: os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a **Administração Pública do Município de Barra do Piraí** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo décimo oitavo: penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** no Cadastro de Fornecedores da **PMBP**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

O(s) fornecedor(es) registrado(s) deverá(ao) manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições exigidas na licitação, inclusive as referentes à habilitação e às condições de participação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Barra do Piraí para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em _____ de _____ de _____.

Prefeitura de Barra do Piraí-RJ
ORDENADOR DE DESPESA

FORNECEDOR
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: _____ CPF: _____

Testemunha: _____ CPF: _____

Anexo I

CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

OBJETO:

FORNECEDOR:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL				R\$	



ANEXO VI

CONTRATO Nº ____/____

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx,
PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, ATRAVÉS DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE BARRA DO PIRAI E A
EMPRESA _____**

O MUNICÍPIO DE BARRA DO PIRAI, através da Prefeitura Municipal de Barra do Piraí, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.576.080/0001-47, com sede na Travessa Assumpção, nº 69, Centro, Barra do Piraí/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo Exmo. Prefeito Sr. _____, residente e domiciliado à _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, por intermédio da Secretaria Municipal de _____ e a empresa _____, situada na _____, inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº _____,

_____ , daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, residente e domiciliado à _____, portador da carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em decorrência do resultado da licitação na modalidade _____ nº _____, com fundamento no Processo Administrativo nº _____/____ e Ata de Registro de Preços nº _____, que se regerá Lei Federal 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123/2006, Decreto Municipal nº 310 de 23 de março de 2022, Decreto Municipal nº ____ de ____ de ____ de 20____, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O Objeto do presente Contrato é o fornecimento de material de limpeza e expediente, a fim de atender a demanda Das Secretarias do Município de Barra do Piraí.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS

O prazo de vigência do Contrato **será de XXX**, conforme artigo 107, da Lei Federal 14.133/21, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO PRIMEIRO O prazo contratual poderá ser prorrogado, quando couber, na forma do art. 107 da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO O reajuste ou repactuação será conforme especificado nas cláusulas contratuais, tendo como prazo inicial da apresentação da proposta, adotando como base o índice do **IPCA ou outro que substitua** para insumo e para mão de obra adotando convenção ou dissídio coletivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO O objeto do presente Contrato deverá ser entregue/executado no(a) _____, situado à _____.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar/executar o objeto, de acordo com o especificado no Edital e seus anexos;
- b) entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;
- c) manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar o Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes do execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até _____;



- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Secretaria	Funcional	Elemento de Despesa	Recurso

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência/Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato será acompanhado e fiscalizado por representante(s) do

CONTRATANTE especialmente designado(s) pela autoridade competente, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO– O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

Em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Em se tratando de compras:

- a)** provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze) dias;
- b)** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em **05 (cinco) dias**, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212,

de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO PRIMEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUARTO – No caso do parágrafo terceiro, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de impedimento de contratar com a PMBP.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA, mediante adimplemento do cumprimento com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo (s) agente (s) competente (s) e diretamente na conta corrente: nº _____, agência: _____, banco: _____, de titularidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento a PMBP, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO QUARTA – Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua



contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO QUINTO— Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo ____ e juros moratórios de ____% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de ____ % ao mês pro rata die.

PARÁGRAFO SEXTO— A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO— Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO— A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura com posterior publicação no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) multa administrativa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na Administração Pública:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmº Senhor Prefeito**.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

PARÁGRAFO QUINTO - o impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO - a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

PARÁGRAFO SÉTIMO - é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

PARÁGRAFO OITAVO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - a aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar

e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Barra do Piraí enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO— Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, principal do débito, dos juros de mora, despesas de processo e honorários de advogado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no **Boletim Oficial Eletrônico (BOE)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do



cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Barra do Piraí e no PNCP, conforme artigo 94, inciso I, da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca do **Município de Barra do Piraí**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **05 (cinco) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Barra do Piraí, em ____ de ____ de ____.

Prefeitura de Barra do Piraí-RJ
ORDENADOR DE DESPESA

FORNECEDOR
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)

Testemunhas:

Testemunha: _____ CPF: _____

Testemunha: _____ CPF: _____

Anexo 1

CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

OBJETO:

FORNECEDOR:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL				R\$	



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA À TRABALHO DE MENORES

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14133/2021, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO CUSTOS TRABALHISTA

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

data)

(representante legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO IX

Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade

Papel Timbrado da Empresa, dispensa em caso de carimbo com CNPJ

Local e data

A(o) Pregoeira(o),

Referente a(ao) **Pregão Eletrônico SRP nº /2026**

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação.

ENTIDADE

Barra do Piraí-RJ, ____ de _____ de 2026

(Assinatura do representante legal)



ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, com sede na _____, C.N.P.J. nº _____, por intermédio de seu representante legal (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ participante da licitação modalidade **Pregão Eletrônico SRP n.º _____ /2026** referente ao **Processo Administrativo n.º _____**, declara que atendeu a todas as exigências habilitatórias e que detém capacidades técnico-operacional (instalações, aparelhamento e pessoal) para fornecimento do(s) objeto(s) para o(s) qual(is) apresentamos proposta.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(local) _____, ____ de _____ de 2026

(assinatura do representante legal da empresa proponente)



ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026

..... (nome da Empresa), inscrita no CNPJ
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
..... portador(a) da Carteira de Identidade
nº..... e do CPF nº.,
DECLARA, para fins que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com
deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

(data)

.....

(representante legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO

RELATIVA A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006

Ref.: Pregão Eletrônico SRP nº /2026

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____.

DECLARA que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

data)

(representante legal)

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.

ANEXO XIII

Tabela de Preços Unitários (estimados)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Água sanitária, líquido homogêneo, germicida, alvejante, teor de cloro ativo 2% p/p, no mínimo, acondicionada em recipiente com 1 litro.	unidades	10000		2,57	
2	Álcool etílico anidro (absoluto), filtrado, 99,5° g.l., teor alcoólico mínimo de 99,3° inpm, acondicionado em embalagem plástica com 1l.	unidades	4666		14,54	
3	Apagador para quadro magnético branco, medindo aproximadamente: 50 x 125 mm e espessura de 25 mm.	unidades	600		3,89	
4	Apontador, lápis, de metal, com 1 furo, sem depósito. Em formato retangular.	unidades	1500		0,93	
5	Arquivo morto, polionda, tamanho ofício, medindo aproximadamente 350mm x 245mm x 135mm	unidades	2000		4,85	
6	Borracha branca, formato retangular, capa plástica	unidades	1500		1,13	

	protetora, medindo aproximadamente 43x22x12 mm					
7	Caderno escolar, a4 capa dura, horizontal, com pauta, brochura, medindo (185x285) mm, com 96 folhas, cores diversas.	unidades	1078		9,03	
8	Caderno protocolo de correspondência 1/4 com 100 folhas.	unidades	500		14,19	
9	Caneta corretiva, com aproximadamente 7ml	unidades	200		8,33	
10	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor vermelha, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	200		40,68	
11	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor azul, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	500		40,43	
12	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades	caixas	1908		41,94	

13	Caneta esferográfica, corpo de plástico transparente, na cor preta, alta durabilidade, com ponta fina, 0.8 mm, em caixa de 50 unidades COTA PARA ME/EPP	caixas	1015		41,94	
14	Caneta hidrográfica (pincel marca texto), fluorescente, cor amarela, verde e laranja	unidades	1500		1,41	
15	Caneta para retroprojektor, cores diversas, ponta média (2,0mm), estojo com 6 unidades	unidades	100		25,02	
16	Clipe de metal para papel, tamanho 8/0 (57 mm), caixa c/ 25 unidades.	unidades	1000		3,95	
17	Clipe de metal para papel, tamanho 3/0 (36 mm), caixa com 50 unidades.	unidades	1000		2,71	
18	Cola em bastão, com 10 g.	unidades	937		3,72	
19	Cola, em bastão, para papel e papelão, com 40g	unidades	3912		7,60	
20	Cola líquida branca, 1000g. A base de água. Lavável, atóxica.	unidades	1392		10,33	
21	Colchete para papel, nº 07, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda,	unidades	578		8,91	



	caixa com 72 unidades					
22	Colchete para papel, nº 09 de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	588		10,59	
23	Colchete para papel, nº 12, de latão ou chapa de aço, cabeça redonda, caixa com 72 unidades	unidades	576		13,83	
24	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 200ml aproximadamente, com norma de qualidade ABNT - nbr 14865/12, em embalagem com 100 unidades.	pacotes	2000		6,29	
25	Copo descartável, em plástico maleável, capacidade de 50ml aproximadamente, acondicionado em embalagem com 100 unidades.	pacotes	1000		4,00	
26	Corretivo em fita para escrita manual, medida aproximadamente (4,1mm x 8m)	unidades	3944		13,63	
27	Envelope, saco, liso, de papel Kraft natural, gramatura 80g/m2, medindo	unidades	5000		0,58	

	aproximadamente (240 x 340) mm.					
28	Envelope para circulação interna, Kraft natural, 260mmx360mm unidades 3000 0 3000	unidades	3000		1,18	
29	Envelope para correspondência, branco liso, medindo aproximadamente 162x229mm, com aprox. 75g/m2	unidades	3000		0,52	
30	Ficha “de cartolina, pautada, branca, medindo 3x5” com 240g/m2, pacote com 100 unidades	unidades	692		7,02	
31	Fita adesiva 50mmx50m de papel, opaca, lisa ou crepada, medindo 50mm de largura e 50m de comprimento.	unidades	2822		17,42	
32	Fita adesiva, crepe, em rolo de 0,19m x 50m	unidades	4128		4,37	
33	Fita adesiva, lisa ou crepada, cor palha, em rolo 0,38 m x 50 m	unidades	1205		16,70	
34	Fita adesiva transparente em rolo, 12 mm x 50m	unidades	3196		2,76	
35	Fita adesiva transparente com	unidades	2604		8,84	



	padrão “durex” ou similar, tipo grossa medindo aproximadamente 0,45 m x100 m					
36	Fita adesiva transparente, composição: filme polipropileno com adesivo à base de resina / borracha, 0,12m x 30m	rolos	2989		1,21	
37	Grampeador manual de mesa, em metal cromado ou pintado, 26 /6, capacidade para grampear folhas até a espessura de 3mm, capacidade para 20 folhas.	unidades	500		16,54	
38	Grampeador, profissional (para processo), em metal cromado ou pintado, tamanho grande, 23/13, capacidade para 100 folhas	unidades	160		54,49	
39	Grampo para grampeador, 23/6, niquelado, cx 5000.	caixas	100		15,91	
40	Grampo para grampeador, 26/6, niquelado, cx 5000.	caixas	500		4,70	



41	Guardanapo de papel, não reciclado, cor branca, macio e absorvente. Medida mínima: comprimento: 22 cm; largura: 25 cm. Produto acondicionado em embalagem primária plástica, e em embalagem secundária plástica ou de papelão (caixa), contendo na primária, 50 unidades (pacote).	pacotes	1000			
42	Lâmpada fluorescente, potência mínima 40 w, base bipino g13, bulbo tubular t10, fluxo luminoso ≥ 3150 lm, temperatura de cor entre 3800 e 4200 k, vida média ≥ 12000 horas, com no mínimo 1,20 m	unidades	942		3,41	
43	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria, aplicação ambiente interno.	unidades	9001		20,88	
44	Lâmpada led, tensão nominal bivolt, potência nominal 15 w, tipo base e-27, cor branca fria, aplicação ambiente interno.	unidades	7600		20,88	



	COTA PARA ME/EPP					
45	Lapiseira 0,7 mm corpo de material plástico resistente, com borracha na ponta de click, compartimento interno par carga de grafite, com nome do fabricante e especificação de milimetragem de grafite no corpo do produto.	unidades	704		10,43	
46	Lápis grafite, nº 2 em madeira, sextavado ou redondo, de alta qualidade, com resistência, acabamento do corpo do produto nas cores preta ou verde, com identificação de fabricante. Qualidade similar a marcas referência no mercado.	unidades	8000		4,61	
47	Livro ata vertical 200 folhas, 210x300mm, com 200 folhas pautadas e numeradas, capa dura forrada.	unidades	500		0,73	



48	Marcador, quadro magnético fibra, na cor verde, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2582		29,05	
49	Marcador, quadro magnético fibra, na cor vermelha, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2594		2,05	
50	Marcador, quadro magnético fibra, na cor preta, ponta de fibra sintética com extremidade arredondada, espessura uniforme para traços precisos, tinta de secagem rápida, remoção a seco.	unidades	2633		2,03	
51	Memória portatil microcomputador capacidade memoria 16 gb, interface usb 2.0, aplicação armazenamento de dados, tipo pen drive.	unidades	100		2,40	
52	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de	unidades	24528		20,19	



	largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades.					
53	Papel higiênico, na cor branca, folha simples, de 1ª qualidade, medindo 10cm de largura, acondicionado em rolo medindo 30 metros. Fardo com 12 unidades. COTA PARA ME/EPP	unidades	2060		20,19	
54	Papel toalha 20x22cm 2 rolos c/60 toalhas cada absorvente, folhas picotadas medindo aproximadamente 20 x 22 cm.	unidades	2662		38,82	
55	Pasta de cartão duplex, com abas e elástico, 350g/m2, medindo aproximadamente (250x350) mm	unidades	2725		5,52	
56	Pasta catalogo, ofício, com 50 envelopes plásticos, medindo aproximadamente (245x335) mm	unidades	1079		2,09	
57	Pasta com grampo mola, ofício, medindo aproximadamente 242x356mm, transparente, em	unidades	1393		17,50	



	polipropileno					
58	Pasta de plástico polionda, com abas e elástico, medindo aproximadamente (380x275) mm, com lombada de 40mm	unidades	1274		24,75	
59	Pasta em l, em polipropileno, transparente (cristal), tamanho ofício, medindo aproximadamente (340x225) mm	unidades	2126		4,88	
60	Pasta, impressa em papel cartolina 150g.tamanho mínimo fechada: 22 x 33 cm. Tipo modelo n17.	unidades	769		2,37	
61	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (320x260) mm, lombada com 85mm	unidades	660		2,10	
62	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (275x190) mm,	unidades	544		14,54	



	lombada com 85mm					
63	Pasta registradora (az), em papelão, com prendedor de haste com pressão, medindo aproximadamente (350x280) mm, lombada com 45 mm	unidades	708		13,99	
64	Pasta suspensa, em cartão Kraft, medindo aproximadamente (360x240) mm	unidades	5302		12,14	
65	Perfurador de papel, em metal, manual, com 2 furos de 6mm, capacidade para 40 folhas, régua ajustadora de papel, dimensões: 9,5cm x 11cm	unidades	200		2,94	
66	Régua, escritório plástico transparente, incolor, escala graduada em mm e cm, faces iguais, medindo 30 cm de comprimento.	unidades	750		39,96	
67	Rodo de madeira 2 borrachas com 60 cm, cabo de madeira plastificado.	unidades	1325		2,34	
68	Sabão de coco, barra com 200g	unidades	2000		12,04	



69	Sabão barra, composição básica sabão glicerinado, tipo neutro, características adicionais 1º qualidade, unidades com 200g, embalagem com 5 unidades.	embalagens	3000		3,07	
70	Sabonete líquido, aspecto físico líquido viscoso, 5l.	unidades	3000		11,27	
71	Sabonete líquido glicerinado infantil 250ml, aspecto cremoso, incolor, acidez ph neutro.	unidades	2179		25,06	
72	Saco, limpeza em tecido grosso, 100% algodão, na cor branca, sem furos, medindo no mínimo (40 x 60) cm, costurado.	unidades	2000		5,75	
73	Saco plástico, para coleta lixo, capacidade de 30 litros, medindo aprox. 590x620mm, espessura: 0,07mm, embalagem com 100 unidades.	pacotes	1464		27,48	
74	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1ª qualidade, pigmentação	pacotes	2730		74,32	



	uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades.					
75	Saco plástico coleta lixo domiciliar 100L reforçado para coleta de lixo domiciliar, confeccionado em plástico de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, cor preto, com capacidade para 100L. Pacote com 100 unidades. COTA PARA ME/EPP	pacotes	1076		74,32	
76	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades	pacotes	1990		41,32	
77	Saco plástico coleta lixo domiciliar 40l reforçado, para coleta	pacotes	1500		41,32	

	de lixo, domiciliar, confeccionado em plástico reciclado de 1ª qualidade, pigmentação uniforme, alta resistência, parede 0,10 micra, acondicionado em pacote com 100 unidades COTA PARA ME/EPP					
78	Solução de cloreto de sódio 0,9% 500ml sistema fechado	unidades	200		9,27	
79	Solução limpeza, limpador multiuso 500ml.	unidades	7000		6,50	
80	Vassoura, material cerdas: piaçava, material cepa: chapa de aço, comprimento mínimo cepa: 21 cm, características adicionais: com cabo madeira	unidades	2322		15,45	
81	Mina para lapiseira, grafite 2b com 0.7mm de diâmetro e 60mm de comprimento, estojo com 12 minas	unidades	720		4,46	

